

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Braskem vende empresa por R\$ 550 milhões	2
Título: Volks negocia acordo de US\$ 4,3 bi com EUA por escândalo do diesel	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Aumentam licenças ambientais para petróleo e gás.....	4
Título: Com nova regra, setor de biodiesel prevê recuperação.....	5
Título: Braskem vende distribuidora de químicos por R\$ 550 milhões	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Chineses pedem 'intervenção' de ministro	7
Título: Petrobrás chama estrangeiros para obra	8
Título: Notas	10
Título: Fundo Advent compra distribuidora da Braskem	10
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Líbia eleva produção e ameaça planos da Opep.....	12
Título: Distribuidora continuará com sobra de contratos.....	14
Título: CCEE vai recontabilizar encargos de eletrointensivas	16
Título: Braskem vende quantiQ por R\$ 550 milhões	17
Título: Sócia da Usiminas nega redução de capital da Musa	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Braskem vende empresa por R\$ 550 milhões**

Operação deve ajudar petroquímica a equilibrar finanças após Lava-Jato.

A petroquímica Braskem acertou ontem a venda de sua distribuidora de produtos químicos quantiQ para a GTM, controlada pelo fundo de private equity Advent, por R\$ 550 milhões, anunciaram as companhias em comunicados separados ontem, conforme antecipou o colunista do GLOBO, Lauro Jardim, em seu blog. Segundo a Braskem, do valor total, R\$ 450 milhões serão pagos no ato da venda, e o restante, em até 12 meses. A Braskem, maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, tem como principais acionistas Odebrecht e Petrobras. A GTM também opera em México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador, Peru e Argentina.

VENDA DEPENDE DE AVAL DO CADE

A GTM, uma das maiores distribuidoras de químicos da América Latina, viu no negócio uma oportunidade de ser a líder do setor na região. A GTM e quantiQ vão operar 62 centros de distribuição em 12 países latino-americanos atendendo a mais de 15 mil clientes. “A aquisição da quantiQ cria a maior plataforma independente de distribuição de produtos químicos da América Latina... se expandindo para outras regiões e subsetores industriais”, afirmou Patrice Etlin, diretor da Advent no Brasil, em nota. O negócio depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Para a Braskem, a venda permite levantar recursos para ajudá-la a se equilibrar financeiramente, especialmente após a companhia ter fechado acordo com autoridades globais para encerrar acusações envolvendo denúncias da Operação Lava-Jato. A empresa se comprometeu a pagar US\$ 957 milhões e se submeter a monitoramento externo por até três anos.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Volks negocia acordo de US\$ 4,3 bi com EUA por escândalo do diesel**

Termos ainda precisam de aval de executivos e órgãos reguladores.

DETROIT - A Volkswagen confirmou ontem os rumores de que tinha negociado os termos de um acordo de US\$ 4,3 bilhões com reguladores dos Estados Unidos para resolver investigações criminais e questões civis relacionadas ao escândalo da fraude de emissões de poluentes por veículos a diesel de marcas do grupo. Como parte do acordo, a empresa vai se declarar culpada das irregularidades. Os termos também preveem, segundo comunicado da companhia, que ela seja monitorada por uma empresa independente durante os próximos três anos.

A Volks acrescentou que, com a nova multa, os custos com o escândalo devem ultrapassar as provisões de € 18,2 bilhões (aproximadamente US\$ 19,2 bilhões) reservadas pela empresa para resolver o problema. A montadora disse que os termos do acordo ainda dependem da aprovação dos conselhos de Gestão e Supervisão da empresa e das divisões competentes das outras marcas do grupo envolvidas — o que deveria ser decidido, conforme o comunicado, ainda ontem ou hoje. Também é necessária a avaliação final de autoridades e Cortes dos EUA envolvidas no caso.

RECORDE DE VENDAS EM 2016

Com isso, a empresa deve se declarar culpada hoje, segundo disse à Reuters uma fonte com conhecimento do assunto. Procurada pela agência de notícias, a empresa não quis comentar o assunto. Apesar de todos os reveses enfrentados pela empresa nos 16 meses que se passaram desde que o escândalo veio à tona, o grupo Volkswagen registrou recorde de vendas em 2016. Foram 10,3 milhões de veículos vendidos no ano passado, com uma alta de 12% em dezembro, informou ontem a companhia. Esse número colocaria a Volks à frente da rival Toyota como maior fabricante de carros no ano.

A montadora japonesa ainda não divulgou os números fechados de 2016. Muitos dos ocupantes de cargos seniores na empresa deixaram a Volks na sequência do escândalo, incluindo Martin Winterkorn, diretor executivo da companhia. A Volkswagen admitiu, em setembro de 2015, que equipara cerca de 11 milhões de carros com dispositivo capaz de mascarar as emissões de poluentes de veículos movidos a diesel ao identificar que o automóvel estava passando por testes. O software fraudador permitia que o modelo em questão

poluísse até 40 vezes mais do que o permitido pelas leis dos Estados Unidos — onde o sistema equipava aproximadamente 600 mil carros — quando rodando em condições normais.

Na segunda-feira, em mais um desdobramento do escândalo, o executivo da Volks Oliver Schmidt — o segundo funcionário da empresa a ser acusado por promotores americanos — foi preso e indiciado por conspiração para enganar os EUA a respeito da fraude das emissões, e a empresa foi acusada de ocultar o software dos reguladores. A Volks já havia aceitado pagar US\$ 17,5 bilhões nos EUA para resolver queixas de reguladores, motoristas e donos de lojas, além de ter se oferecido para recomprar cerca de 500 mil veículos afetados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Aumentam licenças ambientais para petróleo e gás

O Ibama emitiu oito licenças de operação para produção de petróleo e gás em 2016, contra três em 2015. Entre todos os tipos de empreendimentos que exigem a autorização, esse foi o que mais cresceu em volume.

O aumento de permissões em 2016 deve-se à entrada de projetos do pré-sal em maior número de operação e de testes, além de dois gasodutos, informa a Petrobras, por meio de nota.

A estatal foi a única empresa de petróleo que obteve permissão de operação.

"Foram pedidos feitos no passado. Entre leilão, exploração e conseguir a licença ambiental para efetivamente produzir, demora-se uma média de seis anos", diz Adriano Pires, da consultoria Cbie.

Em números absolutos, no entanto, o tipo de empreendimento que mais teve aprovações não foi o de petróleo, mas o de linhas de transmissão de energia: foram dez.

Essas são autorizações que chegam à fase final depois de cerca de cinco anos, diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

A permissão para operar linhas é dada depois das licenças prévia e de instalação. "O processo inteiro é um calvário", afirma Sales. Geralmente, há problemas fundiário e de traçado, segundo ele.

O órgão deverá receber 34 novos pedidos decorrentes de um leilão de outubro de 2016, diz Mario Miranda, presidente da Abrate (associação de transmissoras).

"O número [de novos protocolos] vai aumentar significativamente ao longo de 2017 em decorrência da relicitação de lotes que ficaram vazios até 2016 e com novos empreendimentos".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Com nova regra, setor de biodiesel prevê recuperação

O aumento do percentual de biodiesel no diesel comum - de 7% para 8%, em 2017- deverá reverter a retração de consumo no ano passado, segundo a Aprobio, que reúne empresas do setor.

A produção deverá subir cerca de 8%, afirma Erasmo Battistella, presidente da associação e da produtora BSBIOS. Com uma retomada da economia, porém, a alta poderá chegar a até 12%.

A mudança da proporção é determinada por lei, aprovada em 2016. Até março de 2019, a taxa será de 10%.

A alta vem em boa hora: em 2016, a queda de consumo é projetada em cerca de 4%, indicam dados da ANP (agência reguladora). A ociosidade do setor é hoje de 50%.

"Neste ano, o problema da ociosidade não será solucionado, mas deverá diminuir em 15%", diz o executivo.

No caso da BSBIOS, que em 2016 teve a maior participação nas entregas do combustível, a taxa está abaixo dos 10%, segundo Battistella. Os investimentos da empresa, porém, não deverão ser retomados em 2017.

"Vamos aguardar o mercado dar sinais de retomada para voltar a expandir".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Renata Agostini**Título:** Braskem vende distribuidora de químicos por R\$ 550 milhões

A petroquímica Braskem, controlada pelo grupo Odebrecht e pela Petrobras, fechou a venda de sua distribuidora de químicos, a quantiQ por R\$ 550 milhões.

A compradora é a guatemalteca GTM, empresa do fundo de investimentos Advent International, um dos maiores do mundo.

O negócio depende da aprovação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão antitruste brasileiro.

A operação, anunciada nesta terça (11), ocorre cerca de um mês após a petroquímica informar que fechou um acordo com autoridades de Brasil, Estados Unidos e Suíça, no qual se comprometeu a pagar R\$ 3,1 bilhões.

A empresa é acusada de pagar propina a políticos, entre outras irregularidades.

A Braskem, maior petroquímica das Américas, vinha tentando vender a quantiQ desde o ano passado, quando contratou assessores para buscar interessados no mercado.

As negociações se intensificaram no segundo semestre de 2016, afirma Manuel Garcia Podesta, diretor da Advent na Colômbia, que está no Brasil para assinar o contrato de compra.

Segundo ele, a operação fará a GTM mudar de patamar.

Criada em 1991 pelo grupo Ipiranga, a quantiQ foi comprada pela Braskem em 2007 e hoje é líder no segmento, com mais de 5 mil clientes.

Trata-se, porém, de um mercado extremamente fragmentado no país. As dez maiores distribuidoras de químicos possuem participação de apenas 30%.

Por meio de nota, o presidente da Braskem, Fernando Musa, informou que a venda da quantiQ "está em linha" com a estratégia da companhia de "otimizar" seu portfólio e manter a "disciplina financeira".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Chineses pedem 'intervenção' de ministro**

State Grid recorre ao MME pedindo celeridade na emissão da licença da linha de transmissão que vai escoar energia de Belo Monte.

A companhia chinesa State Grid, responsável pelas obras da linha de transmissão de 2.518 quilômetros que vai distribuir a energia da hidrelétrica de Belo Monte, decidiu bater na porta do ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho, para tentar acelerar o licenciamento ambiental do projeto, processo conduzido pelo IBAMA. Na última semana de 2016, Cai Hongxian, diretor-presidente da Xingu Rio Transmissora de Energia (XRTE), concessionária que pertence a State Grid, enviou uma carta ao ministro Fernando Filho. No documento, o executivo expõe sua “profunda preocupação” com o processo de licenciamento da linha, que é o maior projeto de transmissão já realizado no Brasil. Cai Hongxian diz que a emissão das licenças está atrasada e pede “intervenção” do ministro, “de modo a possibilitar que o processo de licenciamento evolua de maneira mais célere”.

Em outra carta endereçada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os chineses também pedem a intervenção da agência para agilizar a emissão das licenças. Para reforçar os pedidos, a State Grid lembra que seu empreendimento tem investimentos previstos de R\$ 10 bilhões e que o BNDES vai participar com, no máximo, 35% desse valor, “restando ao empreendedor prover recursos próprios e financiamentos privados de aproximadamente 65%, ou seja, R\$ 6,5 bilhões de recursos privados”. A empresa lembra ainda que o projeto que vai passar pelos Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro e deve gerar cerca de 15 mil empregos diretos durante dois anos. Para iniciar as obras, a XRTE precisa obter duas licenças do IBAMA: uma para atestar a viabilidade ambiental do projeto e a outra para autorizar o início da construção.

Nas cartas enviadas ao MME e à Aneel, os chineses dizem que o contrato de concessão previa emissão da licença até dezembro de 2016, o que não ocorreu. Afirmam ainda que, para atender os prazos, precisariam obter a licença de instalação até março. Caso contrário, o cronograma não seria cumprido. Pelo contrato, a linha de transmissão tem que estar em operação em dezembro de 2019, quando Belo Monte deverá ter suas turbinas operando a plena carga. O Ibama tem sido constantemente pressionado pelo setor elétrico, que acusa o órgão federal de ser o principal responsável pelo atraso dos projetos de linhas

de transmissão em andamento no País. Nesta semana, a Aneel respondeu o pedido de intervenção feito pelos chineses.

Em documento, a agência diz que está “claro que é de total responsabilidade da transmissora a adoção das providências necessárias para a construção, operação e manutenção das instalações” e que a atuação da Aneel nas concessão “é meramente auxilatória”. Por meio de nota, o MME informou que “respeita a atuação de cada órgão e suas competências no licenciamento e continuará, de acordo com suas atribuições, se empenhando junto aos órgãos de governo para que as licenças sejam emitidas, destacando a importância desse empreendimento para o setor elétrico brasileiro”. Questionado sobre as queixas feitas pela XRTE, o IBAMA negou atrasos no processo. Segundo o órgão, a empresa apresentou o estudo de impacto ambiental em março de 2016, mas naquela mesma data, informou que a linha impactava sete unidades de conservação que não estavam mencionadas no documento. Por isso, o IBAMA pediu uma nova versão, que foi apresentada em junho de 2016, sendo aceita em julho. Então, o novo prazo legal para início das obras é agosto de 2017.

Longe do tom alarmista, a XRTE declarou, em nota, que “as correspondências entre a concessionária e os órgãos de controle como MME, Aneel e ONS são frequentes e relatam a evolução de todas as etapas do processo, entre elas, o licenciamento ambiental”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes e Mariana Sallowicz

Título: Petrobrás chama estrangeiros para obra

Por conta da Lava Jato, estatal convidou 30 grupos de fora do País para participar de concorrência para concluir unidade do Comperj.

A Petrobrás retomou as obras no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), alvo de investigações da Polícia Federal na Operação Lava Jato. A empresa lançou licitação para construir a unidade de processamento de gás natural (UPGN), que vai receber o gás natural produzido a partir de 2020 no pré-sal da Bacia de Santos. Desta vez, no entanto, convidou apenas empresas estrangeiras para participar da concorrência, segundo fonte da estatal diretamente envolvida na concorrência. Grandes construtoras nacionais, envolvidas no esquema de corrupção, estão proibidas de fechar contrato com a estatal. Esse foi um dos motivos que levaram a companhia a recorrer ao

mercado internacional. A nova fornecedora deverá substituir a brasileira Queiroz Galvão, que, envolvida na Lava Jato, abandonou a obra.

O contrato original com a empresa brasileira era de R\$ 2 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 500 milhões foram pagos. Ao todo, 30 empresas foram convidadas a participar da licitação. A lista inclui fornecedores de diferentes nacionalidades – como a chinesa Chalieco e a australiana Energex Energy. Mais da metade já tem operações no Brasil – como a alemã ThyssenKrupp e a espanhola Acciona. Mas pelo menos nove não mantêm sequer escritório no País. Procurada, a Petrobrás não comentou a licitação e também não explicou por que apenas estrangeiras foram convidadas a concorrer. A estatal depende da construção da UPGN para conseguir escoar o grande volume de gás que será produzido no pré-sal da Bacia de Santos daqui a três anos. Essa deve ser a única unidade do Comperj a sair do papel no curto prazo.

A continuidade do restante do projeto depende da formação de parcerias que estejam interessadas na produção de combustíveis e de insumos básicos para o segmento petroquímico. Diante do prazo apertado para concluir as obras, por causa do pré-sal, a equipe da área de Engenharia da Petrobrás vem trabalhando no desenho dessa licitação desde o início do segundo semestre do ano passado. O prazo tem sido também o argumento utilizado pela empresa para justificar a preferência pelo mesmo modelo de contratação utilizado na escolha das construtoras investigadas na Lava Jato. Assim, como no passado, quando contratou a Queiroz Galvão, agora a companhia vai privilegiar fornecedores de grande porte, com capacidade para contratar todos os equipamentos e montá-los.

Crítica. Esse modelo é criticado pela Associação de Engenheiros da Petrobrás (Aepet) que, em carta enviada ao conselho de administração e à diretoria da petroleira, pediu que a estatal lançasse vários editais, por itens, em vez de um só. Com isso, acredita a entidade, empresas de médio porte poderiam participar, o que estimularia a concorrência. “Em relação ao modelo de licitação que propiciou a formação de cartel no Comperj e na Rnest (Refinaria do Nordeste, também investigada na Lava Jato), nada mudou. Como a Petrobrás pretende chegar a um resultado diferente utilizando os mesmos métodos?”, destacou Hebert Teixeira, diretor da Aepet. As obras na UPGN foram interrompidas em setembro de 2015, quando, já em crise financeira por conta das investigações na Lava Jato, a Queiroz Galvão decidiu abandonar a construção e recorrer à Justiça. A construtora alega que o valor do contrato firmado com a estatal não seria suficiente para cobrir os custos com a obra. As propostas de aditivos ao contrato foram recusadas pela estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia/ Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: Notas**

Petrobrás paga prêmio histórico

A emissão externa da Petrobrás, a primeira feita por uma companhia brasileira em 2017, obteve o menor new issue premium (NIP) da sua história, indicando que o investidor praticamente não exigiu prêmios de risco adicionais. O indicador, que mostra a diferença do custo dos títulos novos em relação aos já emitidos e que são negociados entre investidores, ficou de 14 a 15 pontos base nos bônus de dez anos e zero nos de cinco anos. A Petrobrás pagará juros de 7,375% ao ano para os bônus que vencem em 2027 e 6,125% nos títulos com prazo até 2022.

Apetite

Na prática, a emissão feita na segunda-feira (09) mostra que o estrangeiro tem apetite por companhias brasileiras e não estaria, assim, cobrando prêmios elevados para comprar no mercado primário, em que os papéis são negociados diretamente entre a empresa e os investidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios****Autor: Cátia Luz****Título: Fundo Advent compra distribuidora da Braskem**

Estratégia. Gestora americana adquire empresa de distribuição de produtos químicos quantiQ e, por meio de sua controlada GTM, se torna a maior empresa do segmento na América Latina; após fechamento de acordo de leniência, venda reforça caixa da Braskem

Depois de mais de seis meses de negociações, a gestora americana de investimentos Advent fechou a compra da quantiQ, maior empresa distribuidora de produtos químicos do País, que pertence à Braskem. A aquisição, avaliada em R\$ 550 milhões, foi feita por meio da GTM Holdings, companhia que também atua nesse segmento e é controlada pelo fundo americano de private equity (que compra participação em empresas). “Com a aquisição no Brasil, a GTM quase dobra de tamanho e se torna a maior companhia independente do segmento na América Latina”, afirmou o sócio-diretor da Advent no Brasil, Patrice Etlin, em entrevista ao Estado. De acordo

com o executivo, o setor químico e, em particular, a divisão de distribuição, tem apresentado um bom crescimento e é resiliente em tempos de crise.

“A distribuição química é ainda um segmento que reage com muita velocidade a uma retomada. Por isso, entramos no Brasil em um momento interessante, em que a gente espera se beneficiar da saída dessa recessão tão dolorosa, o que acredito que aconteça nos próximos 12 meses”, afirmou o executivo. No ano passado, a GTM já havia adquirido a mexicana High Chem e a Peruquímicos. Essa foi a segunda tentativa do Advent para comprar a quantiQ. Em 2012, a Braskem chegou a contratar o Santander para buscar compradores para a distribuidora química. Além da gestora americana e de outros fundos de investimento, foram apontadas como potenciais interessadas a americana Nexeo Solutions e a alemã Brenntag, empresas da área de distribuição.

Mas a operação não teve sucesso, segundo fontes, porque o valor pretendido pela petroquímica, cerca de R\$ 600 milhões à época, não teria sido atingido. Dessa vez, dez grupos – em sua maioria, fundos de private equity – chegaram a se interessar pela distribuidora, em um processo liderado pelo Bradesco BBI. Na reta final, de acordo com fontes próximas às negociações, além da Advent, ficaram o fundo inglês Apax, o americano Acon Investments (focado em empresas médias), além da companhia mexicana química Pochteca. Desde outubro, a Advent mantinha negociações exclusivas.

Dos R\$ 550 milhões totais a serem desembolsados pela gestora, R\$ 450 milhões serão pagos na conclusão da venda e o restante em até 12 meses. A transação está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Caixa. Antiga Ipiranga Química, a quantiQ passou a ser controlada pela Braskem em 2007, quando a companhia comprou os ativos de petroquímica da Ipiranga. Em 2009, foi feita a mudança de nome. Com um faturamento estimado em R\$ 1 bilhão, a distribuidora nunca foi considerada um ativo estratégico para a Braskem.

Com seus dois controladores – Odebrecht e Petrobrás – no centro da operação Lava Jato, a petroquímica voltou a considerar a venda da quantiQ. Em meio ao acordo de leniência fechado no mês passado pela Odebrecht e pela Braskem, que envolve o pagamento de R\$ 7 bilhões em multas, a venda da quantiQ ajuda a reforçar o caixa da petroquímica que, sozinha, terá de pagar R\$ 3,1 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão neste mês e o restante em seis parcelas anuais a partir de janeiro de 2018. A petroquímica fechou o terceiro trimestre do ano passado com um R\$ 7 bilhões em caixa.

“A alienação da quantiQ está em linha com a estratégia de reforçar nossa atuação no setor petroquímico, otimizando o portfólio de ativos da Braskem dentro do nosso compromisso com a disciplina financeira”, afirmou em

comunicado Fernando Musa, presidente da Braskem. Atuação. Com centros de distribuição em Duque de Caxias (RJ), Canoas (RS), Mauá e Guarulhos (SP), além de seis bases logísticas, a quantiQ lidera o fragmentado mercado de distribuição de químicos no Brasil, em que os 10 maiores empresas detêm somente 30% de market share. Juntas, GTM e quantiQ terão 62 centros de distribuição em 12 países da América Latina, atendendo 15 mil clientes em cerca de 50 diferentes segmentos de mercado, como cosméticos, farmacêutico e nutrição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Benoit Faucon e Hassan Morajea

Título: Líbia eleva produção e ameaça planos da Opep

A produção de petróleo na Líbia mais que triplicou nos últimos seis meses, colocando um obstáculo aos planos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de elevar os preços do petróleo por meio de uma redução coletiva da oferta.

Os preços do petróleo chegaram a subir 19%, para mais de US\$ 55 o barril, desde 30 de novembro, quando a Opep anunciou um acordo para reduzir sua produção em cerca de 4%, mas o aumento na produção líbia desafia a aposta que o cartel fez contra o país norte-africano. A Opep isentou a Líbia de participar do esforço por causa do impacto da violência do conflito civil sobre a produção petróleo desde a derrubada e a morte do líder Muammar Gadhafi em 2011.

Agora, as milícias que antes mantinham campos petrolíferos e portos fechados mudaram de atitude, firmando acordos com a National Oil Co (NOC) para reiniciar a operação de importantes operações produtoras de petróleo. Essas milícias deixaram campos de petróleo e equipamentos intocados.

Resultado, a produção líbia subiu para um pico em três anos, de 708 mil barris por dia, nesta semana, disse um porta-voz da NOC, após ter caído para menos de 200 mil barris por dia em 2016. O país tem as maiores reservas de petróleo na África e chegou a produzir 1,6 milhão de barris por dia no passado.

Porém, a instabilidade política na Líbia pode reverter rapidamente esses avanços. Um governo apoiado pela ONU em Trípoli tem tido dificuldades para impor sua autoridade em grande parte do país, e sofreu um novo revés nesta semana com a renúncia de seu vice-primeiro-ministro.

O Estado Islâmico (EI) foi recentemente erradicado em seu reduto líbio, mas seus membros ainda vagam pelos desertos no sul do país, segundo órgão de

inteligência ocidentais. Milícias ainda dominam grande parte do país e o nível de violência cresceu em Trípoli e seus arredores nas últimas semanas.

A National Oil Co da Líbia continua sendo uma das últimas instituições remanescentes em funcionamento na Líbia e fortaleceu-se nas últimas semanas. Seus 61 mil funcionários a tornam, de longe, a maior empresa líbia, responsável por 95% da receita anual das exportações do país.

"É a companhia petrolífera como nação", disse Geoff Porter, diretor da North Africa Risk Consulting, que assessora companhias de petróleo atuantes na região. "A verdadeira força motriz por trás da reconstrução da Líbia como um Estado-nação é a NOC".

Mudanças nas táticas das milícias nos últimos meses ajudaram a NOC em seu objetivo de revitalizar a produção de petróleo.

Em setembro, o Exército Nacional da Líbia, uma milícia que se opõe ao governo de Trípoli, tomou o controle dos portos petrolíferos e permitiu que eles voltassem a operar. O chefe do exército, Khalifa Haftar, acreditava que a reabertura lhe daria legitimidade política e acesso às receitas petrolíferas necessárias para pagar seus combatentes, disseram pessoas familiarizadas com o assunto.

Outro acordo foi firmado no mês passado, quando duas milícias que controlavam diferentes áreas de Sharara, maior campo líbio, concordaram em permitir que a NOC voltasse a bombear.

A produção líbia está fluindo tão livremente que a NOC acredita poder chegar a 900 mil barris por dia neste ano, acima da produção diária média de 575 mil barris por dia de novembro, quando a Opep firmou seu pacto. Isso anularia todo o corte prometido pela Rússia e poderá obrigar a Arábia Saudita a reduzir a produção mais do que o planejado para garantir que a Opep atinja suas metas de produção, algo que as autoridades do reino sugeriram que fariam.

A produção de outros países também ameaça o acordo de produção da Opep. A Nigéria, outro membro do cartel isentado do esforço de redução da oferta, elevou sua produção em 200 mil barris por dia em dezembro. Alguns analistas também questionam o compromisso do Iraque de cortar a produção, depois que o "Wall Street Journal" informou os planos do país para elevar as exportações em janeiro.

Mas a Líbia é maior fator de influência sobre a Opep e seus planos. Ole Hansen, diretor de estratégia de commodities do norueguês Saxo Bank, disse que a produção da Líbia representa um "obstáculo significativo" para os preços do petróleo atingirem a marca de US\$ 60 o barril.

As indicações de maior oferta dos membros da Opep derrubaram as cotações ontem para as mínimas em um mês. Em Nova York, o petróleo WTI caiu 2,2% e fechou a US\$ 50,82 por barril. Em dois dias, os preços caíram 6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Distribuidora continuará com sobra de contratos

Problema que pressionou as já endividadas distribuidoras de energia em 2016, a sobrecontratação deve continuar um problema significativo para essas empresas ao longo deste ano. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estima que as distribuidoras devem ficar com 109,1% da sua demanda contratada em 2017, percentual próximo do registrado até novembro.

A projeção, obtida com exclusividade pelo Valor, considera a revisão de carga (consumo mais perdas) dada pelo Planejamento Anual da Operação Energética do período de 2017 a 2021, além de incluir a projeção de migração do ambiente de contratação regulado para o mercado livre.

Até novembro, a CCEE tinha contabilizado uma sobrecontratação média de 109% no país. Ainda não foi calculado o dado fechado do ano passado.

Os dados são piores do que as projeções divulgadas pela CCEE em setembro. Na época, o presidente do conselho da câmara, Rui Altieri, chegou a dizer que a sobrecontratação média no país seria de 107,1% em 2016, caindo para 103,9% neste ano, abaixo do limite de 105% previsto pela legislação.

As distribuidoras de energia são remuneradas pela contratação de 95% a 105% da sua demanda. Quando a sobrecontratação fica acima desse limite, as empresas precisam arcar com os custos dessa sobra contratada. Em geral, a energia extra é vendida no mercado de curto prazo. Como o preço de liquidação das diferenças (PLD) está próximo de R\$ 100 por megawatt-hora (MWh), as empresas acabam arcando com o prejuízo da diferença entre esse valor e o pago nos contratos regulados.

Apesar de ser pior do que a divulgada há alguns meses, a projeção da CCEE é mais otimista que a da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Segundo Nelson Leite, presidente da associação, a sobrecontratação média deve ser de 111,6% neste ano.

Se a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) atender o pleito das empresas e considerar como "involuntária" a sobrecontratação resultante da migração de

consumidores do mercado cativo para o livre e também a contratação do leilão A-1 de 2015 - considerada "compulsória" pelas empresas -, a taxa pode cair para 107,2%, segundo os cálculos da Abradee.

Em dezembro, a área técnica da Aneel publicou um documento recomendado que a diretoria rejeitasse o pleito. No entanto, o processo foi retirado de pauta, para que os diretores da autarquia pudessem debater melhor os argumentos da companhia.

Segundo Leite, a Abradee terá uma reunião na agência reguladora com o diretor André Pepitone, relator do processo, em 19 de janeiro. Nesse mesmo dia, a associação deve também ser recebida pelo diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. "Vamos esclarecer eventuais dúvidas e apresentar nossos argumentos", disse Leite.

No ano passado, a migração de consumidores do mercado cativo para o mercado livre agravou a situação das distribuidoras com a sobrecontratação. Combinada à forte queda do consumo, por conta da crise econômica, resultou em uma sobrecontratação que chegou a prejudicar as empresas do setor de distribuição.

A CCEE e a Aneel chegaram a implementar uma série de medidas para ajudar a mitigar o problema, como o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD) de Energia Nova.

O mecanismo, operacionalizado pela CCEE, foi uma forma de unificar as negociações entre as distribuidoras sobrecontratadas e os geradores com projetos em atraso, que, por sua vez, viram a postergação da entrada em operação como uma oportunidade para mitigar as perdas e à exposição ao mercado de curto prazo.

Sempre em relação ao ano passado, na primeira rodada do MCSD de Energia Nova, houve a redução de 129 megawatts (MW) médios em contratos de julho a dezembro. A segunda rodada, de contratos de agosto a dezembro, contemplou 715 MW médios, sendo a maior parte da hidrelétrica de Belo Monte. A terceira e última rodada do mecanismo se referiu a contratos de outubro a dezembro, com redução de 266 MW médios.

"Apostamos muito nas rodadas do MCSD de energia nova, porque além de tirar do portfólio das distribuidoras a geração que não entrou em operação, você equaliza também entre as distribuidoras ao compensar as sobras por quem tem déficit e quem não tem", disse Leite.

O setor espera também que a Aneel e o governo regulamentem um artigo da Medida Provisória (MP) 735, que, em tese, permitirá às distribuidoras venderem

a energia excedente em contratos no mercado livre, e não apenas no mercado de curto prazo. "É importante que isso seja feito o mais rápido possível", disse Leite.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: CCEE vai recontabilizar encargos de eletrointensivas

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vai recontabilizar os encargos setoriais pagos por consumidores eletrointensivos do Nordeste à Chesf entre abril de 2013 e outubro de 2016. As empresas ainda podem questionar a decisão da CCEE, além de poderem entrar com recursos administrativos na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A decisão de recontabilizar os encargos foi tomada pelo conselho de administração da CCEE em 3 de janeiro. Em esclarecimento enviado ao Valor, a câmara explicou que a decisão está relacionada à contratação de energia específica por esses consumidores, que foi prorrogada pela Medida Provisória (MP) 677.

"Esta contratação diferenciada faz com que tais consumidores tenham uma parcela de sua carga atendida pela geração da Chesf e outra pelo mercado livre. Esta diferenciação ensejou a alteração no cálculo dos Encargos de Serviços de Sistemas (ESS) por Segurança Energética destes agentes na sua parcela atendida diretamente pela geradora Chesf", informou a CCEE.

O ESS por segurança energética, que é pago por todos os agentes da CCEE, representa a diferença entre o preço da energia planejada e o custo das termelétricas mais caras despachadas para garantir a segurança do suprimento nacional.

O contrato de compra de energia da Chesf das empresas eletrointensivas do Nordeste venceria em 30 de junho de 2015. O governo, então, publicou a MP 677 e prorrogou o contrato para 2037. Entre as empresas beneficiadas estão Vale, Gerdau, Braskem, Dow, Paranapanema e Ferbasa. Com a decisão da CCEE, elas precisarão arcar com os novos valores recalculados do ESS referente ao período definido.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Carolina Mandl e Camila Maia****Título: Braskem vende quantiQ por R\$ 550 milhões**

Menos de um mês depois de fechar um bilionário acordo de leniência, a Braskem assinou um contrato para vender a distribuidora de produtos químicos e petroquímicos quantiQ para a GTM Holdings, que tem controle da gestora de fundos de private equity Advent International, por R\$ 550 milhões. Desse valor, R\$ 450 milhões serão pagos à vista e o restante em até 12 meses.

Os recursos levantados com a venda da quantiQ devem ser utilizados para reforçar o caixa da petroquímica, segundo o Valor apurou. Ao fim de setembro, a Braskem tinha R\$ 8,2 bilhões em caixa. "A alienação da quantiQ está em linha com a estratégia de reforçar nossa atuação no setor petroquímico, otimizando o portfólio de ativos da Braskem dentro do nosso compromisso com a disciplina financeira", disse, em nota, Fernando Musa, presidente da Braskem.

No fim de dezembro, o grupo Odebrecht concluiu um acordo de leniência com autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça que prevê o pagamento por Braskem e Odebrecht de US\$ 3,55 bilhões, com correção monetária e juros, por conta do pagamento de mais de US\$ 1 bilhão em propina a políticos brasileiros e executivos da Petrobras. É a maior pena já aplicada a uma companhia por violar a lei americana anticorrupção. A parcela que cabe à Braskem é de US\$ 957 milhões, ou R\$ 3,1 bilhões.

Com a venda, a Braskem busca se concentrar na atividade industrial petroquímica, considerada prioritária para a companhia. A empresa vai manter, no entanto, um contrato de distribuição com a quantiQ. A pergunta que se coloca agora é se os principais acionistas da Braskem - Petrobras e Odebrecht - também não colocarão a própria empresa à venda.

Ao fim do terceiro trimestre do ano passado, a quantiQ tinha registrado receita de R\$ 217 milhões, queda de 6% na comparação anual. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de R\$ 8 milhões, um recuo de 64%.

A Braskem colocou novamente a distribuidora à venda no fim do primeiro semestre do ano passado. O Valor apurou que, na ocasião, cerca de 10 empresas demonstraram interesse no ativo, incluindo companhias de outros países, como o México, e fundos de private equity.

A distribuidora, antiga Ipiranga Química, passou para o guarda-chuva da Braskem depois da venda dos ativos da Ipiranga para a companhia, a Petrobras e o Grupo Ultra em 2007. A empresa mudou de nome em 2009.

Hoje, a quantiQ tem quatro centros de distribuição no Brasil e sete bases logísticas. O maior centro de distribuição fica em Guarulhos, sendo, segundo a companhia, o maior do tipo da indústria química e petroquímica da América Latina. A empresa atende mais de 50 segmentos de mercado, incluindo commodities e especialidades químicas.

A Braskem chegou a colocar a quantiQ à venda em 2012, quando contratou o Santander para buscar potenciais compradores. Na época, o ativo era avaliado em US\$ 500 milhões, cerca de R\$ 1 bilhão. No entanto, desistiu de avançar com a operação, pois o valor pretendido não tinha sido alcançado.

Com o desenrolar da Operação Lava-Jato, afetando seus dois principais acionistas - Petrobras e Odebrecht -, a petroquímica voltou a buscar a venda do ativo.

Para a Advent, a venda casou com os planos de transformar a GTM, de origem na Guatemala e adquirida em 2015, em uma plataforma para aquisições, como da High Chem Specialities, no México, e a Peruquímicos, no Peru.

Agora, finalmente com a quantiQ, líder no fragmentado segmento de distribuição de químicos no Brasil, a GTM dobrará de tamanho, com 62 centros de distribuição em 12 países latino-americanos e 15 mil clientes. Por já ter atuação na área, por meio da GTM, a Advent avaliou a quantiQ já considerando os ganhos com sinergias, o que ajudou a empresa a sair na frente da disputa pelo ativo.

"Essa é uma indústria de crescimento elevado e bastante resilientes aos movimentos da economia", afirma Patrice Etlin, sócio da Advent International no Brasil. O executivo não descarta mais aquisições via quantiQ, mas afirma que o foco inicial será na integração da companhia à GTM.

Os recursos utilizados pela Advent para a aquisição são do fundo V, que levantou um total de US\$ 1,65 bilhão em 2010. No Brasil, a Advent é sócia de empresas como a rede de laboratórios Fleury e do terminal portuário TCP.

A operação está sujeita a condições precedentes usuais no tipo de operação, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Sócia da Usiminas nega redução de capital da Musa**

Uma negociação que se arrastou por quase um ano acabou ontem em derrota para a Usiminas, pois era passo importante na reestruturar de sua dívida. A japonesa Sumitomo Corporation, que divide o controle da Mineração Usiminas (Musa) com a siderúrgica, negou a redução de capital da empresa em R\$ 1 bilhão e posterior distribuição aos dois sócios.

Em assembleia geral extraordinária (AGE), a Usiminas, detentora de 70% do capital social da Musa, votou a favor da redução, que lhe garantiria caixa na mesma proporção de quantas ações possui - ou seja, R\$ 700 milhões. Já a Sumitomo e sua controlada Serra Azul Iron Ore foram contrárias à redução de capital. O grupo receberia R\$ 300 milhões.

Fato relevante publicado ontem lembra que, por conta do acertado no acordo de acionistas e no estatuto social da Musa, todos os acionistas precisam aprovar uma redução de capital.

Para a Usiminas, o veto da sócia japonesa viola o artigo 187 do Código Civil Brasileiro, que torna praticante de ato ilícito quem exercer um direito excedendo os "limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes". A siderúrgica disse que vai recorrer às vias legais para tentar invalidar o voto contrário do grupo japonês.

No acerto realizado com bancos e debenturistas em setembro de 2016, que alongou dívidas de R\$ 6,3 bilhões da empresa em dez anos com carência de três, estava previsto que a Usiminas precisava ter acesso a esse valor de R\$ 700 milhões até o fim de junho deste ano. Caso contrário, o acordo poderia ser invalidado.

O compromisso busca reforçar o colchão de liquidez da empresa, depois de resolvido o problema de falta de caixa para honrar obrigações - com a reestruturação e a capitalização de R\$ 1 bilhão, no ano passado. A Usiminas negociava há quase um ano a busca desses recursos da Musa.

Para o grupo ítalo-argentino Ternium /Techint, que divide o bloco de controle da Usiminas com a Nippon Steel & Sumitomo Metal e a Previdência Usiminas, a posição do grupo japonês sócio da siderúrgica na Musa preocupa. "A Ternium vê com preocupação a postura unilateral da Sumitomo, que, apesar

de ser sócia minoritária da Musa com 30%, vetou a redução de capital", diz comunicado da acionista.

"É fundamental que a japonesa Sumitomo leve em consideração que a liberação do recurso é estratégica para a Usiminas, enquanto a subsidiária Musa não tem necessidade desse volume de caixa para desenvolver seus projetos", alega a Ternium. Hoje, o caixa total da mineradora é de R\$ 1,3 bilhão. A Ternium acrescenta que espera ação rápida da diretoria para reverter a situação. "A Ternium espera que o presidente da Usiminas, Rômelo de Souza, tome todas as medidas necessárias para acessar o recurso antes do prazo acordado", diz o texto.

A Nippon Steel informou que não vai comentar o assunto. O grupo foi quem indicou Souza à presidência da siderúrgica, em 2014, após diretores da Ternium serem destituídos em reunião do conselho de administração daquele ano. Em 2016, representantes no colegiado de Ternium, empregados, aposentados e minoritários trocaram Souza por Sergio Leite, mas a decisão foi revertida na Justiça pela Nippon Steel, alegando irregularidade na eleição, e o executivo voltou ao comando da empresa.

MME / ASCOM